CPI convoca mais 30 e inclui governadores

A CPI do Orçamento vai realizar um verdadeiro **arrastão** para ouvir 30 pessoas num prazo de 11 dias. Entre os convocados estão três governadores (Joaquim Roriz, do Distrito Federal; João Alves Filho, de Sergipe; e Edison Lobão, do Maranhão), dois ex-ministros (Margarida Procópio, da Ação Social, e Alexandre Costa, da Integração Regional), além de deputados e senadores.

Para promover o **arrastão** , a CPI vai se dividir em duas ou três comissões e trabalhar inclusive sábados e domingos. Esta foi a solução encontrada para evitar a prorrogação do prazo da CPI, que se encerra dia 17 de janeiro. A prorrogação estava sendo proposta pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e pelos deputados Aloízio Mercadante (PT-SP), Luiz Salomão (PDT-RJ) e Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), mas era combatida pelo vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), que garantiu que o seu partido votaria em peso contra a proposta, se esta fosse apresentada ao plenário do Congresso. "Não é possível continuar convivendo com pessoas como João Alves, que desprestigiam todo o trabalho Legislativo", afirmou Klein. Agora, só farão perguntas no máximo 20 parlamentares por depoimento e, dois ou três que não sejam membros da CPI.

A decisão do **arrastão** foi tomada em reunião realizada no começo da noite de segunda-feira entre os coordenadores de subcomissões , a Mesa da CPI e representantes do PT e do PDT. Ontem, pela manhã, uma nova reunião estabeleceu um cronograma dos depoimentos. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), participante da reunião, disse que os governadores poderão ser ouvidos em seus próprios Estados.

O presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA) explicou que a decisão de convocar todos os nomes citados nas denúncias do ex-assessor do Senado, José Carlos Alves dos Santos, e nos documentos da construtora Norberto Odebrecht, teve o objetivo também de impedir interpretações de que a CPI poderia estar procurando proteger alguém, se deixasse de convocá-lo. "Os que não tiverem culpa, vão ter a oportunidade de se explicar e dar suas versões para o fato de terem sido citados nas denúncias".